

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 011 / 2018

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia 07 de agosto de 2018, no salão da Igreja São João
3 Batista, sito a Avenida Santista, 987 – Morro da Nova Cintra – Santos-SP com a presença
4 de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte
5 integrante desta ata. Leandro, vice-presidente, inicia a assembleia justificando a ausência
6 da presidenta Marina, uma vez que a mesma se encontra em capacitação sobre os
7 recursos do Fundo Nacional, em Brasília. **Item I: Apreciação e Deliberação da ata da**
8 **Assembleia Geral Ordinária do dia 03.07.2018 e Apreciação e Deliberação da ata da**
9 **Assembleia Geral Extraordinária do dia 27.07.2018.** Leandro informa que as atas não
10 ficaram prontas e que, portanto, este item da pauta será suprimido e apresentado na
11 próxima assembleia. **Item II: Apreciação e Deliberação do Primeiro Trimestre do**
12 **Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS 2018.** Leandro explica que
13 trimestralmente a Secretaria de Desenvolvimento Social apresenta a aplicação dos
14 recursos do Fundo Municipal ao CMAS, que primeiramente passa pela Comissão de
15 Finanças, sendo posteriormente encaminhado à Assembleia para deliberação. Portanto,
16 esse relatório que será apresentado agora já foi apreciado pela Comissão de Finanças.
17 Leandro acrescenta que a prestação para o Estado é realizada de forma separada, e que
18 o Conselho já a aprovou na assembleia extraordinária realizada no dia 27, e que dessa
19 forma, não faz sentido que Gracieli, do setor de finanças da SEDS, explique novamente
20 sobre a aplicação dos recursos provenientes do Estado. Sendo assim, será apresentada a
21 prestação dos recursos do Fundo Nacional bem como do Fundo Municipal. Gracieli inicia
22 sua apresentação dizendo que o presente relatório passou pela comissão de Finanças no
23 mês de julho, mas que não foi apresentada na AGO do mês de julho e por esse motivo
24 está sendo apresentada somente agora, em agosto. Explica que a prestação de contas do
25 Estado foi realizada em assembleia extraordinária. Gracieli continua informando que dos
26 recursos que tivemos para o ano de 2018, R\$12.532.370,00 são referentes ao município,
27 R\$1.000.514,00 de recurso do Estado, e R\$3.762.000,00 de recurso Federal. A receita
28 total apurada no trimestre foi de R\$3.825.383,28, sendo que R\$3.431.739,00 se referem a
29 recursos municipais de fonte 1, e de recursos estaduais R\$127.250,82 e de recursos

30 federais R\$266.392,92. Executado nesse primeiro trimestre, tivemos R\$4.434.178,37,
31 sendo que de restos a pagar nós tivemos R\$1.847.004,18 e de despesas no orçamento
32 de 2018 – despesas empenhadas e pagas nesse primeiro trimestre, R\$2.587.174,19. Do
33 Fundo Nacional, de Proteção Social Básica nós tivemos uma receita montante de
34 R\$52.766,26, sendo R\$44.000,02 referente ao IGD do Bolsa Família e R\$8.764,00
35 referente a juros de aplicação financeira. De despesas nós tivemos R\$243.944,29
36 referente a restos a pagar – nós custeamos alarmes, fretamento de ônibus, alimentação,
37 descartáveis, manutenção de elevador, locação de imóveis do CEJUV Morros, NIAS
38 Caruara, CRAS ZOI, NIAS São Manoel, SCFV Isabel Garcia, CRAS São Bento, SCFV
39 São Manoel, locação de impressoras, impressões, material permanente, material de
40 escritório, pequenas reformas, intérprete de libras, locação de veículos, totalizando
41 R\$243.944,29. R\$149.845,38 se referem às despesas dos serviços de execução direta –
42 alarmes, alimentação, obrigações tributárias, material permanente (freezer, geladeira para
43 o CRAS Alemoa), elevadores, locação de imóveis, impressoras, manutenção e conserto
44 da unidade CRAS Bom Retiro, SCFV Isabel Garcia, CRAS Centro e CEJUV ZNO,
45 material de escritório, aquisição de material de pintura para o CRAS Alemoa, vale-
46 transporte da viação piracicabana, vale-transporte para a área continental, reuniões e
47 congressos ocorridos no primeiro trimestre no qual estiveram os Conselheiros, no XX
48 Encontro Regional do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social,
49 que aconteceu dia 07 de março em Piracicaba. Da Média Complexidade do Fundo
50 Nacional nós tivemos uma receita de R\$4.935,56 referente a juros de aplicação
51 financeira. De despesas nós tivemos R\$208.462,91, sendo R\$25.000,83 repassados para
52 a ASPPE – que foi co-financiada em 2017 referente ao repasse da décima parcela de
53 2017. R\$50.166,00 também foram repassados à ASPPE, que foi co-financiada em 2017
54 mas referente a décima primeira e décima segunda parcelas. R\$77.473,86 foram as
55 despesas de serviços de execução direta. De restos a pagar nós tivemos material de
56 escritório, manutenção de elevadores, locação dos imóveis do CREAS ZL, Casa da
57 Mãezinha Joana, Centro Pop e CREAS ZNO, locação de veículos, locação de
58 impressoras e serviço de impressão. Então, tivemos o total de R\$77.473,86 de restos a
59 pagar, e de execução referente ao ano de 2018 nós tivemos despesas com alimentação,
60 descartáveis (copos plásticos), material de manutenção (manta e impermeabilizante),
61 locação de imóveis, como Casa DIA, Centro Pop e CREAS e manutenção de ar-
62 condicionado e material de escritório, totalizando R\$55.739,02. Na Alta Complexidade nós
63 tivemos uma receita de R\$208.691,10. R\$208.000 referentes à primeira e segunda
64 parcela de 2018 – piso social da Alta Complexidade e R\$691,10 foram de juros de

65 aplicação financeira. De despesas nós tivemos R\$291.884,46, sendo que R\$89.164,99
66 foram repassados as Entidades Socioassistenciais Anália Franco, Casa do Paraplégico,
67 30 de Julho, Albergue Noturno, Lar Santo Expedito e Casa da Vó Benedita referente à
68 décima segunda parcela, totalizando R\$89.164,99. De Entidades, referente ao exercício
69 de 2018, a primeira e a segunda parcelas, nós repassamos ao Analia Franco, Casa do
70 Paraplégico, 30 de Julho, Albergue Noturno, Lar Santo Expedito e Casa da Vó Benedita,
71 no valor de R\$184.036,54 e R\$12.498,95 se referem a despesas com os serviços de
72 execução direta, que estavam em restos à pagar também – com material de escritório,
73 material de higiene, locação de impressoras, material de limpeza, descartáveis para
74 Seacolhe AIF, material para oficinas, equipamentos de segurança. R\$6.183,98 foram as
75 despesas referentes à janeiro, fevereiro e março do ano de 2018 com descartáveis,
76 impressões, manutenção do imóvel do Seabrigo AIF, e material de limpeza. Grazieli
77 questiona se há alguma dúvida e a conselheira Fernanda Gonçalves pergunta se passou
78 pela comissão de finanças, ao que Grazieli responde que sim, na reunião que ocorreu no
79 final do mês de junho. Fernanda Gonçalves pergunta então se as conselheiras fizeram
80 alguma consideração acerca dos dados apresentados, ao que Grazieli responde que as
81 mesmas solicitaram detalhamento e algumas alterações tais como: discriminar diferenças
82 entre material de escritório e material para oficinas - sobre isso Grazieli informa que tendo
83 em vista que o presente relatório foi construído pela Ana, que ocupava o cargo
84 anteriormente, ela entendeu por bem deixar como está, mas se comprometeu a seguir as
85 orientações para os próximos relatórios, especificando as unidades que solicitaram
86 material de escritório – mas que ainda assim realizou algumas modificações de acordo
87 com as solicitações realizadas pela Presidenta Marina. No que se refere à contrapartida
88 municipal, Grazieli informa que tivemos uma receita no Fundo o montante de
89 R\$3.430.546,24, sendo R\$755.270,00 de receita apurada para cobrir repasses para
90 Entidades Socioassistenciais. R\$1.545.545,00 foi a receita apurada de execução direta de
91 restos a pagar e R\$1.629.558,61 para despesas de execução direta e R\$172,01 de juros
92 de aplicação financeira. De despesas, nós tivemos na proteção social básica
93 R\$1.858.219,37. R\$77.829,02 se referem a restos a pagar de 2017, que foram
94 repassadas para as entidades Educandário Santista (Projetos Artessência e Auto-estima),
95 Galp, Pró-Viver, referente à 12ª parcela de 2017, totalizando R\$77.828,02. R\$160.639,14
96 referentes ao co-financiamento de 2018 também para os termos de colaboração para as
97 entidades Educandário Santista (Projetos Artessência e Auto-estima), Galp e Pró-Viver
98 referentes à primeira e segunda parcelas, totalizando R\$160.639,14. R\$556.000,26 foram
99 despesas com serviços co-financiados de restos a pagar, e R\$1.063.750,95 com

100 despesas com serviços da secretaria co-financiados com recursos de 2018. Do PNF nós
101 tivemos de restos a pagar R\$16.200,00 e R\$327.600,00 do ano de 2018. Bolsa
102 Valorização do Jovem R\$966,34 referente à 2017, R\$1.655,33 referente à 2018.
103 Programa Novo Rumo nós tivemos R\$29.000,47 e R\$74.475,60 de 2018. Benefícios
104 Eventuais R\$8.530,00 referentes as parcelas de 2017 e R\$18.000,00 referentes a
105 parcelas de 2018. Tivemos então despesas com alimentação, cestas básicas, outros
106 materiais de custeio – sobre os quais, a comissão pediu que fossem especificados, e
107 então coloquei aqui material estocável, material de escritório, material de limpeza,
108 material gráfico e botijão de gás para as unidades. Fernanda Gonçalves perguntou sobre
109 restos a pagar, sobre o que Gracieli respondeu que são despesas empenhadas no
110 exercício de 2017 e pagas em 2018. Fernanda Gonçalves pergunta então sobre o que é
111 dotado para o ano, e Gracieli responde que na prestação de contas ela só fala sobre
112 execução, e que não possui conhecimento sobre prestação de contas acerca de
113 planejamentos, os quais são realizados junto às proteções, o que geralmente ocorre no
114 ano anterior até março antes do fechamento da LDO. Fernanda Gonçalves aponta que o
115 CMAS tem questionado a questão dos benefícios eventuais, e que, portanto, precisamos
116 saber se há margem para adequação de recursos tendo após a realização de
117 planejamento. Gracieli diz que de acordo com as despesas o financeiro faz uma previsão
118 X de orçamento, e que dentro desse X de fonte 1, ela necessita realizar o seu
119 planejamento, iniciando com as despesas fixas como contratos de locação e contas de
120 água e energia. E que após isso, é feita a adequação do recurso, mas que para aumento
121 deveria ter um aumento da receita estimada para utilização no referido exercício, caso
122 contrário poderá haver um impacto negativo em outros serviços que terão seus recursos
123 diminuídos, e que, portanto, necessitamos pleitear o aumento dos recursos da secretaria.
124 Mayara Curcio, conselheira, questiona acerca da inclusão de novos usuários no PNF,
125 uma vez que tem escutado dizer que se findaram as possibilidades de inserção. Leandro
126 responde que há um limite para inclusão pois o programa possui 600 vagas, o que
127 significa um limite orçamentário dentro do ano. Informa que no momento estamos com
128 609 ou 610 famílias inseridas, e que nos próximos meses não haverá o desligamento de
129 famílias já inseridas, portanto não há vagas para inserção de novas famílias no momento
130 – não que o programa irá acabar. Gracieli retorna a falar acerca das despesas de
131 execução direta. No que se refere a outros materiais de custeio, sobre os quais a
132 comissão pediu detalhamento, Gracieli informa que se referem material estocado, material
133 de escritório, material de limpeza, material gráfico e botijão de gás. Material permanente,
134 por ser recurso de fonte 1 costuma-se fazer um percentual de utilização, como 40% para

135 a Proteção Social Básica com o que foi realizada a compra de 03 freezers, 01 micro-
136 ondas, 02 refrigeradores, 02 liquidificadores. Que geralmente há 40% para a Proteção
137 Social Especial e 20% para as unidades administrativas. Total de despesas que temos de
138 restos a pagar R\$556.000,26, e de 2018 R\$1.063.750,95. Média Complexidade nós
139 tivemos de despesas R\$371.690,65. R\$23.169,14 foram repassados à ASPPE referente à
140 décima parcela de 2017. R\$46.338,33 repassados também a entidade ASPPE de 2017
141 referente à décima primeira e décima segunda parcelas. R\$160.900,64 se referem a
142 despesas com serviços de execução direta de restos a pagar (despesas que foram feitas
143 em 2017 e pagas em 2018). R\$141.282,54 referente a serviços de execução direta que
144 foram empenhados em também em 2017 e pagas em 2018 que se referem a benefícios
145 eventuais (auxílio aluguel, por exemplo), outros materiais de custeio – material estocado,
146 material de escritório, material de limpeza, material gráfico, cartão transporte, contratos de
147 locação de pessoa física e jurídica, contratos de serviços (alarmes das unidades, por
148 exemplo), material permanente, água, luz, telefone, manutenção de imóveis e frente de
149 trabalho, totalizando os já referidos R\$160.900,64 e R\$141.282,54 referentes as
150 despesas de 2018. Colaboradora Tatiane, assistente social do CRAS Nova Cintra
151 questiona acerca da verba e prestação de conta sobre benefícios eventuais. Graziell
152 informa que foi enviado ao CMAS resposta a ofício encaminhado no qual continha a
153 resposta acerca da execução referente a cada tipo de benefício eventual, mas que ela
154 poderia adequar a prestação de contas incluindo esses itens. Leandro informa que a
155 secretaria não aplica recursos em auxílio-funeral bem como em auxílio-natalidade, mas
156 que a secretaria executa a Resolução 543 de 2014 do CMAS no que se refere aos
157 benefícios eventuais e que esses dois benefícios não estão regulamentados no município,
158 nem tampouco nos níveis estadual e federal. No que se refere ao auxílio-funeral, há uma
159 parceria com a Santa Casa, com a Beneficência Portuguesa, instituições essas que
160 acabam por receber os encaminhamentos das famílias que não possuem condições para
161 arcar com as despesas. Sobre a questão da natalidade, informa que existe a parceria com
162 o projeto Mãe Santista, do Fundo Social, que contribui com as questões. Tatiane coloca
163 que é muito complicado acompanhar famílias sem dispor dos benefícios necessários para
164 inserção das famílias tendo em vista as necessidades destas, e ver que infelizmente o
165 município se conforma em dizer que o Estado e o Federal também não investem recurso
166 nos benefícios referidos, e que isso justifica a ausência de investimento do município. E o
167 quanto que nós enquanto Estado que executamos uma política social acabamos por violar
168 os direitos das famílias em muitas ocasiões. Grazieli informa que da alta complexidade
169 nós tivemos R\$1.200.364,54 de despesas, sendo que R\$143.187,28 foi de co-

170 financiamento da rede privada com os termos de colaboração do 30 de Julho, Casa do
171 Paraplégico, Vidas Recicladas, Lar Santo Expedito, Anália Franco, Mensageiros da Luz,
172 São Vicente de Paula, Albergue Noturno. R\$304.107,38 foram de co-financiamento da
173 rede privada de 2018 com as entidades 30 de julho, Casa do Paraplégico, Vidas
174 Recicladas, Lar Santo Expedito, Anália Franco, Mensageiros da Luz, São Vicente de
175 Paula e Albergue Noturno. Nós tivemos R\$328.644,43 com serviços de restos a pagar e
176 R\$424.425,45 referente ao exercício de 2018, dentro dessas despesas tivemos Bolsa
177 Fênix, Guarda Subsidiada, alimentação, outros materiais de custeio (material estocável,
178 de escritório, gráfico e de limpeza), cartão transporte, contrato de passagens pra São
179 Paulo, contratos de locação, contratos de serviços das unidades, serviço de limpeza das
180 unidades, material permanente, água, luz, telefone e frente de trabalho. De 2017 nós
181 tivemos R\$864.744,43 e 2018 R\$424.425,45. Sem questionamentos, a assembleia
182 aprova o relatório financeiro referente ao primeiro trimestre do Fundo Municipal de
183 Assistência Social de 2018. **Item III: Apresentação do Programa CEU DAS ARTES.**
184 Camila iniciou a apresentação falando que a cidade de Santos foi contemplada com esse
185 equipamento pelo governo Federal que se destina à praça em zona de alta
186 vulnerabilidade e que a escolha foi realizada em 2012. Diz que as obras estão chegando
187 ao fim e que nessa etapa um item obrigatório é chamar o CMAS e conselho de cultura
188 para realização de oficinas de mobilização social que tem ocorrido dentro do
189 equipamento, e outras reuniões que estão ocorrendo no auditório da SEPACON. Informa
190 que o equipamento deverá ser inaugurado até o fim do presente ano, reclama a ausência
191 do CMAS nos referidos espaços. Mayara Curcio informa acerca da sobrecarga do CMAS
192 na medida em que há o esvaziamento dos conselheiros e que por isso é impossível dar
193 conta de estar presente em todos os espaços. Camila informa que das três modalidades
194 de CEU, Santos foi contemplado com a maior delas, o que significa que deverá abarcar
195 em sua estrutura um CRAS e que por este motivo a presença do CMAS é de extrema
196 importância na construção de uma gestão compartilhada. Fernanda Gonçalves informa
197 que o CRAS possui orientações específicas para funcionamento e que no CEU não há
198 estrutura para tal, nem tampouco RH disponível na secretaria. Camila informa que tem
199 dialogado com a Magali para repensar a estrutura do local. Camila informa também que a
200 estrutura está pronta mas ainda alguns equipamentos. Que está preocupada com as
201 questões de mobilização social uma vez que é necessário que os moradores se
202 apropriem do local – que tem sofrido depredações. Fernanda declara que para ela e para
203 os demais trabalhadores do CRAS Bom Retiro, a questão desse equipamento está ainda
204 demasiadamente nebulosa e que por isso fica difícil essa composição para mobilização.

205 Camila informa que se trata de um equipamento híbrido entre esporte, cultura e
206 assistência social, com forte presença da comunidade para gestão do espaço. Hagnes
207 informa que o que as secretarias têm ofertado em termos de atendimento aos usuários já
208 está aquém do necessário, e que possui, portanto, dúvidas em relação a possibilidade de
209 funcionamento do equipamento híbrido. Camila informa que se trata de um programa que
210 acontece no país inteiro e que conta com experiências exitosas. Mayara Curcio questiona
211 como tem se dado as articulações com a comunidade. Camila informa que por intermédio
212 com a COMEB, com lideranças de bairro, chefes de ub's e de escola. Que o contato com
213 os CRAS ocorreu por intermédio da secretaria. Mayara questiona sobre as propostas para
214 as oficinas. Camila informa que contam com a Suzete enquanto mobilizadora e que são
215 aplicadas dinâmicas distintas sobre vínculo, significado do território para a comunidade,
216 dentre outras. Mayara sugere articulação com os Serviços de Medida Socioeducativa para
217 a condução dessas oficinas de mobilização. Camila informa que o local ainda não suporta
218 público pois não possui cadeiras. Mayara questiona o papel da SECULT nesse processo.
219 A representante desta informa que tem contribuído com as oficinas e da equipagem. Que
220 a ideia é ofertar aulas de teatro, mas que isso tem sido dialogado com a comunidade. Os
221 gastos com manutenção são de atribuição da esfera municipal. É informado o endereço
222 eletrônico ceus.cultura.com.br. Que ao final da fase de mobilização demanda documento
223 dos conselhos de Assistência Social e Cultura aprovando os trabalhos das oficinas, sem o
224 que não será possível a abertura do equipamento. Informa que o equipamento da cidade
225 de Registro está funcionando bem, assim como o de Guarulhos. Mayara Curcio,
226 conselheira, reitera o fato de que os conselheiros estão ausentes, em especial os da área
227 governamental. É informado que a proposta é que o serviço não tenha muros, mas uma
228 construção de vidro. Camila informa que isso é necessário para a inauguração, mas que
229 após, caso seja avaliada a necessidade, é possível a construção de muros. A plenária se
230 manifestou com indignação. Falou-se de que se a comunidade se apropriar do
231 equipamento, ela mesmo fará a segurança do espaço. Tayná, conselheira, pergunta
232 sobre a população atendida, ao que se responde que moradores de territórios próximos,
233 mas que já são de São Vicente, tem aparecido para fazer uso do espaço. E que isso
234 ainda está em construção, a questão dos bairros a serem atendidos. Iohana, conselheira,
235 questiona como as informações tem chegado à população na medida em que os CRAS
236 estão distantes dessas discussões. Camila reitera o que já havia dito anteriormente sobre
237 o comunicado realizado à SEDS e sobre as articulações realizadas com COMEB, SEDUC
238 E SMS. Iohana informa que é moradora da região e que não estava sabendo de tudo isso,
239 que nem na sede de melhoramentos havia informes sobre o CEU. Fernanda (pró-viver)

informa que a entidade onde trabalha sempre realiza atividades na região e que também não estavam sabendo de nada acerca do CEU e do processo de mobilização. Camila anota os contatos Iohana e Fernanda. Foi questionado acerca de atividades para idosos, ao que Camila informa que não, mas que há possibilidade de construção nesse sentido. Bruno, trabalhador do CRAS Bom Retiro declara que a ideia do equipamento é excelente, mas que ele e sua equipe estão preocupados com a questão de se ter um CRAS na composição do equipamento em relação às questões financeiras e de recursos humanos. Camila diz que entende as preocupações, mas que o CRAS na composição é algo obrigatório, e que o CEU terá que abrir e que terá que contar com o CRAS em seu interior. A assembleia questiona o fato de que as informações não têm chegado por via das associações de melhoramento. Bruno sugere articulação com os síndicos dos conjuntos habitacionais locais. Camila deixa canal aberto para diálogo com todos na secretaria de articulação, na figura dela ou da Suzete. Mayara Curcio questiona sobre os profissionais da cultura que irão atuar no equipamento, sobre o que a representante da secult informou que se dá via chamamento público de profissionais, e não concurso público, ao que se responde que não ser servidor é normal desde que haja chamamento público pois a secretaria de cultura não possui um quadro completo de bailarinos, profissionais de circo, etc. O vice-presidente Leandro sugere que a agenda de mobilizações seja repassada ao conselho e dá sequência à pauta. **Item IV: Apresentação do Plano de Ação do Governo Federal de 2018.** Leandro informa que o presente plano já passou pelas comissões pertinentes. Claudia, coordenadora da Cogesuas inicia a apresentação dizendo que em resumo o plano de ação permite que os municípios recebam de maneira continuada as parcelas referentes aos co-financiamentos federais referentes a gestão, aos serviços, aos programas e aos projetos do SUAS. É aberto um sistema, que no caso foi aberto em junho, e nele são lançados os dados. Claudia informa que foi solicitada à Proteção Social Especial o preenchimento na medida em que no momento devido elas as representantes não puderam estar presentes na reunião de debate das metas. Na primeira parte do sistema, de previsão de atendimento físico consta a meta do ano passado na qual se baseia a meta para o ano posterior. É possível apenas manter ou aumentar a meta. A meta de atualização cadastral é de 0,85. Na frequência escolar tivemos o valor de 0,96, e na agenda da saúde, 0,75. No IGD-M a informação que consta é de que os valores são calculados com base no CENSO-SUAS bem como na execução financeira, essa informação já vem fixada no sistema. No Piso Básico no que se refere as famílias referenciadas mantivemos 30.000 no ano passado e previsão mantém-se esta. No SCFV, piso básico variável, mantido 37.000, mantido

também. O piso básico variável para usuários com idade de 0-17 e maiores de 60 anos, referência e previsão de 185.00. Bloco da Proteção Especial não há referência de pactuação, os valores são baseados na própria execução. No Piso de alta complexidade mulheres vítimas de violência, previsão de atendimento de 16 usuárias. PAEFI previsão de atendimento 590. Seacolhe-AIF previsão 175, residência inclusiva previsão 20, abordagem social previsão 800, medida socioeducativa em meio aberto previsão 320, abordagem adulto pop rua previsão 880, serviço de atendimento a idosos e pessoas com deficiência previsão 80, Seacolhe-ca previsão 90. Claudia informa que na última reunião foram levantadas questões e que Marineide está presente para esclarece-las. Inicia justificando a ausência dizendo que não foi convidada para a reunião na qual o tema foi discutido, e informa que os números solicitados foram assim apresentados tendo em vista a gestão antiga, das pessoas que ocupavam o cargo anteriormente. Adriana, secretária executiva, toma a palavra e explica que em relação a proteção especial, até 2015 o repasse era feito por piso, e que em 2016 a lógica passou de pisos para blocos e que nesse sentido aumentam as possibilidades de uso do recurso de acordo com as necessidades do serviço. A assembleia se manifesta. Adriana realiza a leitura da ata da comissão de finanças na qual as presentes questões foram discutidas e que a partir disso saiu a chamada para a reunião da Cogesuas com os departamentos, a partir de provocações do CMAS na reunião. Um dos questionamentos se refere ao número de vagas no abrigo para mulheres vítimas de violência, cuja meta era 24 – o que não cabia dentro dos parâmetros da política e foi alterada para 16. Leandro questiona se os conselheiros estão esclarecidos e informa que então o órgão gestor irá realizar o preenchimento adequado do sistema do MDS e que na assembleia de setembro será feita a apresentação final ao CMAS para aprovação. **Item V: informes do gestor.** Não há informes. **Item VI: Informes do CMAS:** Adriana informa que há dois informes. Um deles se refere a Resolução Normativa sobre o reconhecimento da legitimidade da ocupação dos espaços do Conselho pelas trabalhadoras da política dentro da carga horária de trabalho. Mayara Curcio, conselheira, contextualiza o movimento que deu origem a essa Resolução bem como o processo pelo qual ela se construiu – tendo em vista a chegada ao CMAS de várias conselheiras trabalhadoras e de reunião realizada com as chefias de departamento para legitimar essas atividades enquanto parte do trabalho no SUAS. Fala do desejo de construção dos conselhos gestores locais nos equipamentos em resposta a participação de todas as trabalhadoras do SUAS do município, não somente das conselheiras. Leandro informa que se trata de uma resolução conjunta pois foi construída em conjunto da Secretaria com o CMAS. Fernanda Gonçalves ressalta a importância da

310 resolução na medida em que legitima a ocupação desse espaço pelos trabalhadores.
311 Adriana informa sobre a Roda de Conversa com o Darcy da Costa – coordenador do
312 Movimento Nacional da População de Rua, que será amanhã, dia 09 de agosto, às 14
313 horas, na Unifesp da Silva Jardim. **Item 7: Assuntos gerais:** sem assuntos. Sem mais
314 assuntos a tratar o vice-presidente declara então que a próxima assembleia
315 provavelmente será realizada no dia 04 de setembro em Caruara, mas que ainda será
316 confirmado o local. Sem mais pautas, declara a assembleia encerrada e eu Mayara
317 Curcio lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pelo Vice-Presidente
318 Leandro Lapetina Freire.

319

320

321 Leandro Lapetina Freire
322 Vice-Presidente

Mayara Curcio
1ª secretário em substituição

323

324

325

326